

INSPIRAÇÃO DAS SAGRADAS ESCRITURAS A ABORDAGEM ECLESIOLOGICA DE KARL RAHNER: ORIGINALIDADE, CRÍTICAS E PERSPECTIVAS

*Luiz Carlos Sureki**

Resumo: A reflexão teológica acerca da inspiração divina das Escrituras revestiu-se de grande complexidade. Enquanto o Magistério da Igreja sempre procurou sublinhar o *de onde* divino das Escrituras (causa/autor), os teólogos preocuparam-se sobremaneira em tentar explicitar o *como* da inspiração, a ação divina no hagiógrafo. Bem menos cogitada foi a pergunta pelo *para que* da inspiração dos Escritos Sagrados, já que estes não podem ser confundidos com a Revelação divina propriamente dita. A teoria de K. Rahner diz que a inspiração divina das Escrituras deve ser vista como um dos elementos constitutivos da Igreja nascente. Desde aí, dois objetivos serão buscados: o primeiro é o de constatar a originalidade e a amplitude da teoria de Rahner, enquanto o segundo consiste em sublinhar a especial relação do Espírito Santo com a Igreja e suas Escrituras.

Palavras-chave: Espírito Santo. Revelação. Igreja. Inspiração. Escritura.

1. Introdução

Abordar o tema da inspiração divina das Sagradas Escrituras é sempre um desafio. As várias definições oficiais do Magistério eclesial católico ao longo dos últimos séculos, as distintas abordagens dos teólogos no interior da grande tradição cristã, as múltiplas faces do próprio fenômeno da inspiração, e, não por último, a pluralidade de religiões e tradições religiosas com seus respectivos escritos sagrados, tudo isso traz grandes dificuldades ao cristão não teólogo-acadêmico em compreender dogmática e adequadamente a questão.

Perguntar pela inspiração das Escrituras é perguntar pela origem divina das mesmas. Ora, se Deus mesmo é a origem, porque autor, das Escrituras, então a inspiração não é um efeito causado pelo próprio hagiógrafo/escritor, mas sim antes a “algo” de natureza divina que se produz nele. Esse “algo” é a inspiração propriamente dita, sem a qual a Escritura simplesmente não poderia ser tomada por “Sagrada”.

Fundamentalmente, três interrogações circundam o tema da inspiração: *de onde* ela vem, *como* ela se dá, *para que* ela serve. Se, por um lado, a origem (de onde) da inspiração é Deus, por outro lado, a inspiração divina não se reduz à inspiração escriturística, respectivamente aos hagiógrafos. Por isso, o *como* da inspiração escriturística, não obstante sua especificidade, apresenta um caráter analógico (não idêntico) com outros modos/tipos de inspiração, como a profética, por exemplo. Já a finalidade (para que) de um escrito inspirado não se encontra nele

* Mestre em Teologia Sistemática e doutor em Teologia Fundamental pela Leopold-Franzens Universität, Innsbruck - AT. Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor e pesquisador junto à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: luizsureki@hotmail.com.

mesmo e nem poderia ser encontrada sem referência à Revelação divina salvífico-escatológica e à comunidade cristã que os constituiu, utilizou, conservou, reconheceu-o como inspirado, como destinado a ela a fim de que ela mesma se encontrasse nele, bem como a sua finalidade última, e, por isso, o inseriu no seu cânon escriturístico.

Fundação da Igreja, Escritura e Magistério devem ser vistos em conexão com a Revelação divina, pois, sem esta, aqueles ficariam sem finalidade. É nesse sentido que a abordagem do teólogo K. Rahner (1904-1984) é diferente, instigante e atual.

2. Breve percurso histórico

A doutrina da inspiração foi uma das que mais lentamente madurou na consciência da Igreja. O problema em torno da doutrina da inspiração se enraíza na própria Escritura e, principalmente, na teologia Patrística. Foi esta que suscitou as primeiras perguntas acerca do “*como*” da ação de Deus e do hagiógrafo na produção do livro santo. A grande Escolástica medieval não dedicou explicitamente sequer uma *questio* sobre a natureza da inspiração, relegando-a ao estudo da profecia (*quiddam imperfectum in genere prophetiae* (STh II-II, q. 171, a5). A necessidade de definir quais livros/escritos haveriam de constituir o Canon das Escrituras para a Igreja Católica não havia surgido antes da Reforma Protestante no século XVI. Foi o Concílio de Trento (1545-1563) quem definiu o Cânon escriturístico para os católicos, sem, contudo, entrar direta e profundamente na problemática da inspiração. Isso porque ninguém estava questionando a santidade das Escrituras. Não obstante, o Concílio ofereceu aos teólogos um ponto de partida seguro: Deus é o autor da Sagrada Escritura, a ditou, e a inspiração se estende a todos os livros [da lista] e em todas as suas partes (DENZINGER-HÜNERMANN, 2007, N. 1501-1508).

No século XIX a pergunta pela inspiração ressurgiu com agudeza. O impulso suscitado nos estudos da antiguidade, estimulados por novos descobrimentos no campo da arqueologia, o interesse pela psicologia religiosa e pela filologia traziam pouco a pouco à luz a linguagem peculiar de cada povo e de cada indivíduo, com suas influências literárias e características muito próprias. Tais estudos começavam a revelar o rosto humano da Escritura (BENOÎT, 1954, p.12).

As reações de vários teólogos às novas abordagens advindas de outros campos do conhecimento não tardaram a aparecer, quer como crítica, quer como tentativa de resposta. O Concílio Vaticano I (1869-1870) condenou os extremos e deu ocasião aos teólogos de aprofundarem a questão.

A Encíclica de Leão XIII, *Providentissimus Deus* (18/11/1893), interferiu nas controversas propondo uma definição de inspiração que fez fortuna. Na Encíclica afirma-se que:

Ele [Deus] os incitou [aos hagiógrafos] e os moveu com seu influxo sobrenatural para que escrevessem, os assistiu de tal maneira enquanto escreviam que conceberam tudo retamente e somente o que Ele queria, e eles escreveram fielmente, expressaram adequadamente com verdade infalível; de outra maneira Deus não seria o autor de toda a Sagrada Escritura. (LEON XIII, 1893, N.46).

A Encíclica *Divino Afflante Spiritu* do Papa Pio XII (30/09/1943), legitimando os procedimentos no campo dos gêneros literários, abriu um novo caminho que implicava forçosamente uma releitura da concepção tradicional de inspiração.

O intérprete procure distinguir com todo o cuidado, sem negligenciar nenhuma luz fornecida pelas recentes investigações, qual a índole própria do autor sagrado, em que tempo viveu, de que fontes, escritas ou orais, se serviu, que formas de dizer empregou. Assim poderá conhecer melhor quem foi o hagiógrafo e o que quis dizer no seu escrito (DENZINGER, 2007, N.3829).

O Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina (1965) ofereceu uma síntese da doutrina tradicional:

As coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. [...], *têm Deus por autor*, e como tais foram confiados à própria Igreja. Todavia, para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como *verdadeiros autores*, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria. (DV 11).

3. Abordagem eclesiológica da inspiração segundo Rahner

Foi entre 1956 e 1958 que o teólogo de Innsbruck elaborou uma teoria da inspiração das mais originais e conduziu a problemática para um âmbito muito mais vasto do que aquele em que a questão era normalmente tratada. Rahner observou que o dogma da inspiração estudado nos manuais de teologia estava demasiado desconectado do conjunto da Revelação.

Segundo a tese de Rahner, a *Igreja* aceitou os livros sagrados porque os reconheceu sempre como um de seus elementos constitutivos, ou seja, como pertencentes à Igreja Primitiva e como representantes autênticos da fé original.

Desde que Deus, com vontade absoluta, formalmente pré-definida, histórico-salvífica e escatológica, quer a Igreja Primitiva (e, portanto, também com seus elementos constitutivos) quer e realiza a Escritura. Deus se faz autor da Escritura imediatamente ao fazer-se autor da Igreja. (RAHNER, 1958, p.18-20).

O pressuposto desta tese é o de que Deus quer a Igreja assim como quer a Encarnação do Logos. E porque Deus quis a Igreja, e a quer agora como a realização em parte do seu plano escatológico-salvífico, deu-lhe a Escritura. Esta nasceu para a Igreja como um de seus elementos constitutivos; lhe pertence direta e propriamente. (RAHNER, 1928, p.56-57).

Na obra da criação Deus faz o mundo histórico; na obra da salvação Deus mesmo irrompe na história para fazê-la sua (história). Esta irrupção de Deus no tempo alcança o ápice qualitativamente único em Cristo (entre nós) e na Igreja de Cristo (Pentecostes). A Igreja Primitiva ocupa dentro do plano salvífico um lugar único. A Igreja dos tempos futuros estará unida à Igreja Primitiva umbilicalmente como a de sua origem, sua norma e seu Cânon. (RAHNER, 1958, p.49-50).

Deus e o homem podem ser autores sem coincidir num mesmo aspecto porque Deus não quer, em uma primeira intenção, tornar-se autor (*intensio prima et per se*), mas ele se torna autor porque assim o exige a Igreja que ele quer estabelecer. O homem (hagiógrafo), por sua vez, quer primeiro escrever um livro, e é precisamente isso que ele deve querer, conforme as intenções últimas de Deus. Deus quer uma comunidade de salvação que se objetive em um livro e mais tarde se descubra a si mesma neste livro. Então, Deus é o autor principal e o homem é o autor secundário, mas não um secretário. A inspiração é um elemento para a fundação da Igreja. Uma vez fundada a Igreja com seus elementos constitutivos, a inspiração (escriturística) desaparece. Por isso se diz que a inspiração terminou com a morte do último apóstolo. (RAHNER, 1958, p.87-88).

Segundo a tese de Rahner, o hagiógrafo não precisava ter a plena consciência do carisma, de estar agindo sob influxo inspirador divino. Concretamente lhe bastava saber que os conceitos que emitia estavam conforme a Revelação ouvida de Cristo e testemunhada pela comunidade. Nesse sentido é que era consciente do que escrevia (RAHNER, 1958, p.81).

Com esta tese se pode ainda entender melhor como a Igreja reconheceu a inspiração. Bastava distinguir a Revelação original da inspiração de um livro, por um lado, e o conhecimento reflexo dessa Revelação, por outro lado. A primeira terminou com a morte do último apóstolo, a segunda ainda permanece. A inspiração divina do livro não precisava ser logo conhecida reflexamente. Por aí se explicam as vacilações no estabelecimento conclusivo do Cânon das Escrituras.

Nesta teoria, Escritura e Magistério são dois elementos que pertencem constitutivamente à Igreja. Ao Magistério da Igreja Primitiva coube constituir a Escritura; e ao Magistério da

Igreja posterior, interpretá-la fielmente, porque encontra nela a solidificação da fé e da Revelação dada na (ou com) a Igreja Primitiva. (RAHNER, 1958, p.86-87).

Rahner não está imediatamente preocupado com a índole do hagiógrafo, com a sua psicologia, com as analogias da inspiração, com as distinções dos juízos (teórico e prático – sendo que o primeiro vale para o profeta e o segundo para o hagiógrafo em matéria de ensinamento de verdades), com os gêneros literários e com a delimitação do campo da inerrância. Isso porque é a própria comunidade de fé, desde dentro de sua experiência de Deus em Jesus Cristo, a que constitui a hierarquia das verdades a serem cridas, e que estão contidas nas Escrituras, independente do gênero literário utilizado pelo hagiógrafo. Com efeito, não haveria necessidade dessas Escrituras se não fossem para a Igreja, e nem haveria necessidade da Igreja se não fosse para a salvação dos homens. Assim, a inspiração se deixa compreender desde dentro do processo histórico salvífico que culmina na revelação, na autocomunicação de Deus. Sem a compreensão escatológica dada na e pela própria revelação de Deus em Cristo Jesus, a inspiração divina das Escrituras ficaria sem um *para que*, já que as Escrituras não substituem a Revelação.

O testemunho dos apóstolos, que conviveram com Jesus, goza de uma credibilidade incomparável na vida da Igreja cristã. A *apostolicidade* foi um critério importantíssimo para a determinação do Canon do Novo Testamento. De igual modo, é a tradição apostólica (por sucessão) que reclama para si a autoridade na interpretação da Escritura.

A determinação canônica dos escritos sagrados é ainda muito especialmente devedora do uso que os fiéis já faziam (de muitos) deles no culto, na sua *liturgia*. Este é outro critério importante a considerar. A canonicidade dos livros sagrados não é uma determinação arbitrária de uma autoridade estranha à própria comunidade de fé e de culto.

O critério *soteriológico* na determinação canônica dos livros sagrados sempre dever ser sublinhado. Se outros livros produzidos no tempo dos apóstolos não foram recolhidos pela tradição religiosa em seu cânon foi porque esta não viu neles a expressão fidedigna da *boa notícia* da salvação.

4. Conclusão

Com a teoria da inspiração de Rahner percebemos melhor o caráter pneumatológico e o teor soteriológico-salvífico expresso no terceiro artigo do Símbolo da Fé. O Espírito Santo faz a Igreja com tudo aquilo que a constitui, sendo um desses constitutivos a Sagrada Escritura. Ao se reconhecer como dom do Espírito, a Igreja reconhece as (suas) Escrituras igualmente como

dom do mesmo Espírito, daí inspiradas. E assim, o “lugar” da reflexão teológica sistemática sobre a inspiração das Escrituras deve ser o da pneumatologia e, respectivamente, o da eclesiologia.

Fica igualmente claro na teoria rahneriana da inspiração que o reconhecimento e a consequente determinação do cânon escriturístico por parte da Igreja posterior só foi possível porque esta Igreja, que conservou e utilizou os diversos escritos em sua liturgia, se vê umbilicalmente ligada à Igreja Primitiva à qual esses mesmos escritos pertencem de modo especial (constitutivo).

Como inspiradas pelo Espírito, as Escrituras continuam, justamente por isso, sendo “fonte” de inspiração para os fiéis. Por elas, o Espírito divino continua inspirando pessoas a saírem de seu conforto, de seu ego, de sua “terra”, como um Abraão; a proclamarem os ensinamentos divinos apesar das dificuldades e rechaços, como fizeram muitos dos profetas; a escreverem livros, cartas, artigos, textos diversos, como fizeram os hagiógrafos bíblicos. Tudo isso reflete, senão com o mesmo brilho original daqueles homens inspirados, pelo menos com semelhantes frutos espirituais por causa da multiforme ação inspiradora do mesmo Espírito divino. Concluída está a inspiração escriturística enquanto os livros, e somente aqueles livros, tidos por inspirados, estão determinados canonicamente. Não significa que o Espírito não pode mais inspirar ninguém a escrever nada, mas sim que o que se escreve - em matéria de teologia cristã - terá por referência e por critério canônico de aceitação, interpretação e relevância para a comunidade de fé atual aqueles Escritos Sagrados surgidos com a comunidade primitiva e recolhidos no cânon escriturístico.

Neste sentido, não haveria “escritos inspirados” se o Espírito divino que lhes inspirou não continuasse, para além da mera letra dos próprios escritos e dos vários condicionamentos dos respectivos hagiógrafos, inspirando os seus numerosos leitores fiéis ao longo dos séculos em suas liturgias e cultos, incluindo o momento histórico em que a comunidade define para si mesma quais são/serão os seus livros sagrados.

Desde o panorama do pluralismo das religiões, ainda que os seus respectivos escritos venerados como sagrados não sejam intercambiáveis, é possível pensarmos, na esteira de Rahner, que eles também são um elemento constitutivo delas, que lhes pertence, que são usados no culto litúrgico, que expressam para o homem/leitor a boa notícia salvífico-escatológica, que se apresentam e são venerados como guias confiáveis para se seguir o caminho, que são parte fundamental da identidade de uma religião enquanto neles se encontra o próprio sentido de ser daquela religião.

Referências

TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, q. 171-178, Vol. VII, São Paulo: Loyola, ²2013.

DENZINGER-HÜNERMANN, *Compêndio dos símbolos, definições e aclarações de fé e moral*. “Concílio de Trento”, N. 1501-1508. São Paulo: Loyola, 2007.

BENOÎT, Pierre, “L’inspiration”. In: *Iniciation biblique*. Tornai-Paris: Desclée, ³1954.

LÉON XIII, *Enciclica Providentissimus Deus*. (18/11/1893). In:
https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus.html. Acesso em: 10 set. 2021.

PIO XII, *Enciclica Divino Afflante Spiritu*. (30/09/1943). In:
https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_30091943_divino-afflante-spiritu.html. Acesso em: 12 ago. 2021.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina – Dei Verbum*. In: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 22 jun. 2021).

RAHNER, Karl. *Über die Schriftinspiration*. Col. *Quaestiones Disputatae*. Freiburg: Herder, 1958. Também em: *Sämtliche Werke*, V. 12. Freiburg/Basel: Herder, 2005, p. 8-58.